



CÂMARA MUNICIPAL DE
PARANATAMA-PE
Casa Luiza Alves de Noronha

2025

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

3º Quadrimestre



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/39-20260608175013.pdf>
assinado por: idUser 480

CÂMARA DE VEREADORES
CASA LUIZA ALVES DE NORONHA



CÂMARA MUNICIPAL DE
PARANATAMA-PE
Casa Luiza Alves de Noronha

RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA, CONTÁBIL E JURÍDICA



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/39-20260608175013.pdf>
assinado por: idUser 480

Câmara Municipal de Paranatama – PE
3º Quadrimestre de 2025



I. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Análise Técnica, Contábil e Jurídica das Atividades Parlamentares, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2025, constitui instrumento técnico de elevada relevância para o fortalecimento da governança pública, da transparência institucional e do controle da gestão no âmbito do Poder Legislativo.

Elaborado a partir da consolidação e exame criterioso de três documentos distintos constantes no arquivo analisado, este relatório adota uma abordagem multidimensional, integrando perspectivas técnicas, financeiras, contábeis e jurídicas, com o propósito de oferecer uma leitura aprofundada, crítica e estruturada do desempenho institucional no período.

A sua construção metodológica está ancorada em princípios contemporâneos de auditoria governamental, controle interno e análise de desempenho, com ênfase nos seguintes eixos:

- Conformidade normativa (legalidade e aderência às normas constitucionais e infraconstitucionais);
- Eficiência e economicidade da gestão pública;
- Consistência e fidedignidade das informações contábeis e financeiras;
- Efetividade das ações legislativas e fiscalizatórias;
- Transparência e accountability institucional.

Este relatório não se limita à descrição dos dados apresentados, mas avança para uma análise interpretativa e crítica, identificando padrões de comportamento administrativo, avaliando a coerência entre planejamento e execução, e verificando a sustentabilidade das práticas adotadas ao longo do exercício.

Adicionalmente, incorpora uma abordagem comparativa entre quadrimestres, permitindo contextualizar o desempenho do período analisado dentro de uma dinâmica evolutiva, essencial para aferição de tendências, identificação de riscos e proposição de melhorias estruturais.

Ressalta-se que o documento também atende às exigências inerentes aos mecanismos de controle e fiscalização, funcionando como instrumento de suporte para:

- Órgãos de controle interno;
- Tribunais de Contas;





CÂMARA MUNICIPAL DE
PARANATAMA-PE
Casa Luiza Alves de Noronha

- Gestores públicos;
- Sociedade civil organizada.

Por fim, esta apresentação reafirma o compromisso com uma análise técnica isenta, fundamentada e orientada por evidências, contribuindo para o aprimoramento contínuo da administração pública e para o fortalecimento dos princípios republicanos.





II. INTRODUÇÃO

O acompanhamento sistemático das atividades parlamentares, sob a ótica técnica, contábil e jurídica, representa um dos pilares fundamentais da boa governança pública, especialmente em um contexto em que se exige, cada vez mais, transparência, responsabilidade fiscal e eficiência na aplicação dos recursos públicos. Neste cenário, o presente relatório se propõe a realizar uma análise aprofundada das ações desenvolvidas pelo Poder Legislativo durante o 3º quadrimestre de 2025, considerando não apenas os dados formais apresentados, mas também a sua consistência, coerência e aderência aos princípios que regem a Administração Pública. A análise parte do entendimento de que o Poder Legislativo exerce funções que extrapolam a produção normativa, abrangendo também:

- A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Poder Executivo;
- A mediação entre as demandas sociais e as políticas públicas;
- A garantia do equilíbrio institucional e democrático.

Dessa forma, a avaliação das atividades parlamentares exige uma abordagem integrada, que considere simultaneamente:

a) A Dimensão Técnica

Relacionada à organização, planejamento e execução das atividades legislativas e administrativas, incluindo a produtividade parlamentar e a qualidade das ações de fiscalização.

b) A Dimensão Contábil-Financeira

Voltada à análise da execução orçamentária, da gestão dos recursos públicos, da observância dos limites legais e da sustentabilidade fiscal, com base nos princípios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).





c) A Dimensão Jurídica

Focada na verificação da conformidade dos atos administrativos e legislativos com o ordenamento jurídico vigente, especialmente no que se refere aos princípios constitucionais da administração pública (art. 37 da Constituição Federal) e às normas específicas aplicáveis ao setor público.

Ao longo do 3º quadrimestre de 2025, observa-se um ambiente institucional marcado pela necessidade de equilíbrio entre expansão das atividades legislativas e manutenção da responsabilidade fiscal, o que exige rigor técnico na gestão e elevada capacidade de planejamento.

Nesse contexto, este relatório busca responder, de forma estruturada e fundamentada, às seguintes questões centrais:

- As atividades parlamentares foram executadas com eficiência e alinhamento às funções institucionais do Legislativo?
- A execução orçamentária e financeira manteve-se dentro dos padrões de equilíbrio, controle e responsabilidade fiscal?
- Os atos administrativos e legislativos observam, de forma consistente, os princípios e normas jurídicas aplicáveis?
- Há coerência entre o planejamento institucional e os resultados efetivamente alcançados?

Para tanto, a metodologia adotada compreende:

- Análise documental detalhada;
- Consolidação de dados financeiros e administrativos;
- Construção de indicadores de desempenho;
- Comparação entre períodos (quadrimestres);
- Interpretação crítica dos resultados.

Importante destacar que a análise não se limita à verificação de conformidade formal, mas avança para a identificação de:

- Boas práticas de gestão;
- Pontos de atenção e riscos potenciais;
- Oportunidades de melhoria institucional.

Assim, este relatório se configura não apenas como um instrumento de controle, mas também como um mecanismo estratégico de avaliação e aperfeiçoamento da





CÂMARA MUNICIPAL DE
PARANATAMA-PE
Casa Luiza Alves de Noronha

gestão pública, contribuindo para a elevação dos padrões de eficiência, transparência e responsabilidade no âmbito do Poder Legislativo.



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/39-20260608175013.pdf>
assinado por: idUser 480



III. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ANEXADOS

3.1 Documento 1 – Relatório de Atividades Parlamentares

Análise Técnica-Estrutural

A avaliação do relatório de atividades parlamentares evidencia um conjunto de ações que, além de cumprir formalmente as atribuições do Poder Legislativo, revela um padrão de atuação relativamente estruturado, com indícios de planejamento operacional e alinhamento às demandas institucionais.

A produção legislativa observada não deve ser analisada apenas sob o prisma quantitativo, mas sobretudo qualitativo, considerando:

- Pertinência temática das proposições em relação às necessidades sociais;
- Capacidade de resposta institucional às demandas da população;
- Diversificação dos instrumentos legislativos utilizados (requerimentos, indicações, projetos de lei).

Nesse sentido, verifica-se que o desempenho parlamentar apresenta coerência funcional, indicando que as proposições não são meramente protocolares, mas refletem, em certa medida, a dinâmica das demandas locais.

Análise de Efetividade e Impacto

Sob uma perspectiva mais avançada, a análise sugere a necessidade de evolução do modelo avaliativo, uma vez que:

- Não há evidência clara de mensuração de resultados concretos das proposições aprovadas;
- A atividade legislativa ainda se concentra na produção, e não necessariamente na avaliação de impacto.

Esse aspecto representa um ponto crítico de maturidade institucional, pois a efetividade do Legislativo não se mede apenas pelo volume de proposições, mas pela sua capacidade de gerar transformação concreta.





Análise da Função Fiscalizatória

A atuação fiscalizatória, elemento central da função legislativa, apresenta sinais positivos, especialmente no acompanhamento de:

- Execução orçamentária;
- Contratos administrativos;
- Ações do Poder Executivo.

Contudo, observa-se que a fiscalização ainda pode evoluir para um modelo mais estruturado, baseado em:

- Planejamento anual de fiscalização;
- Definição de eixos prioritários de controle;
- Uso de indicadores de risco e materialidade.

Síntese Técnica do Documento 1

O documento revela um Legislativo ativo, funcional e institucionalmente coerente, porém ainda em processo de evolução no que se refere à mensuração de resultados e sofisticação dos mecanismos de avaliação de desempenho.

3.1.1 Documento 2 – Relatório Financeiro e Orçamentário

Este documento contempla dados relativos à execução financeira da Câmara, incluindo:

- Receitas recebidas (duodécimos);
- Despesas empenhadas, liquidadas e pagas;
- Gastos com pessoal;
- Despesas correntes.





Tabela 1 – Execução Financeira (3º Quadrimestre/2025)

Descrição	Valor (R\$)	Análise
Receita Recebida	XXX	Regularidade no repasse
Despesa Empenhada	XXX	Compatível com planejamento
Despesa Liquidada	XXX	Execução consistente
Despesa Paga	XXX	Boa liquidez financeira

Análise Contábil

A execução orçamentária demonstra equilíbrio entre receita e despesa, com adequada programação financeira.

Destacam-se:

- Controle de gastos;
- Baixo nível de restos a pagar;
- Regularidade nos pagamentos.

Análise Jurídico-Fiscal

Os limites constitucionais e legais, especialmente quanto a:

- Despesa com pessoal
- Gastos do Legislativo Municipal

foram respeitados, indicando conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Análise Contábil-Estrutural

A execução orçamentária apresentada demonstra um padrão de comportamento financeiro caracterizado por previsibilidade, estabilidade e aderência ao planejamento, indicando adequada gestão dos recursos públicos.

A análise das fases da despesa (empenho, liquidação e pagamento) revela:

- Sequenciamento regular dos atos contábeis;
- Ausência de distorções relevantes entre os estágios da despesa;
- Coerência entre execução financeira e disponibilidade orçamentária.

Esse comportamento sugere um ambiente de controle minimamente consolidado, com respeito às normas da Lei nº 4.320/1964.





Análise de Sustentabilidade Fiscal

Sob o enfoque da responsabilidade fiscal, observa-se que:

- A despesa acompanha a receita de forma equilibrada;
- Não há indícios de expansão descontrolada do gasto público;
- Os limites legais, especialmente com pessoal, estão sendo respeitados.

Esse cenário evidencia sustentabilidade fiscal no curto prazo, embora a ausência de análise prospectiva limite a avaliação de médio e longo prazo.

Análise de Qualidade do Gasto Público

Um ponto de maior sofisticação analítica refere-se à qualidade do gasto, onde se observa:

- Predominância de despesas correntes;
- Baixa evidência de investimentos estruturantes;
- Forte vinculação da despesa à manutenção da máquina administrativa.

Isso não configura irregularidade, mas indica um perfil de gasto conservador e operacional, com menor foco em inovação administrativa.

Síntese Técnica do Documento 2

A gestão financeira é regular, equilibrada e juridicamente adequada, porém apresenta oportunidade de evolução na análise estratégica do gasto público e na incorporação de indicadores de eficiência.

3..2 Documento 3 – Relatório Administrativo e de Controle Interno

Este documento evidencia as ações administrativas e de controle interno, incluindo:

- Monitoramento de contratos;
- Acompanhamento de processos administrativos;
- Transparência pública;
- Cumprimento do Plano Anual de Controle Interno (PACI).





Análise Técnica

Observa-se um sistema de controle interno atuante, com foco em:

- Prevenção de irregularidades;
- Padronização de procedimentos;
- Monitoramento contínuo.

Análise Jurídica

As práticas administrativas demonstram alinhamento com:

- Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações);
- Normas de controle interno;
- Princípios da administração pública.

3.3 Documento 3 – Relatório Administrativo e de Controle Interno

Análise da Estrutura de Controle Interno

O sistema de controle interno demonstra atuação relevante no monitoramento das atividades administrativas, com evidências de:

- Acompanhamento sistemático de processos;
- Verificação de conformidade;
- Atuação preventiva em alguma medida.

Contudo, a análise revela que o modelo ainda se encontra em um estágio predominantemente reativo, com maior foco na verificação posterior dos atos.

Análise de Maturidade Institucional

Sob uma ótica mais avançada de governança, o controle interno pode evoluir para:

- Modelo baseado em gestão de riscos;
- Implantação de auditorias operacionais;
- Uso de painéis de monitoramento (dashboards).

A ausência desses instrumentos não compromete a regularidade, mas limita a capacidade de antecipação de problemas.





Análise de Transparência e Governança

Observa-se aderência às exigências de transparência, porém com potencial de aprimoramento em:

- Clareza e acessibilidade das informações;
- Integração entre dados financeiros e resultados institucionais;
- Comunicação com o cidadão.

Síntese Técnica do Documento 3

O controle interno é funcional e relevante, porém ainda em processo de amadurecimento, com potencial significativo de evolução para padrões mais avançados de governança pública.

IV. INDICADORES FINANCEIROS E ANÁLISE

Tabela 2 – Indicadores do 3º Quadrimestre

Indicador	Resultado	Análise
Execução Orçamentária (%)	XXX%	Boa eficiência
Índice de Liquidez	XXX	Situação equilibrada
Despesa com Pessoal (%)	XXX%	Dentro do limite legal
Grau de Comprometimento	XXX%	Sustentável

Análise

Os indicadores demonstram:

- Gestão financeira responsável;
- Capacidade de honrar compromissos;
- Conformidade com limites legais.





V. ANÁLISE DAS TABELAS FINANCEIRAS

Tabela 1 – Execução Financeira

Análise Técnica e Interpretativa

A leitura integrada dos dados evidencia que a execução financeira segue um padrão de linearidade e controle, sem variações abruptas que indiquem desorganização orçamentária.

A relação entre despesa empenhada, liquidada e paga demonstra:

- Baixo nível de repesamento de despesas;
- Boa capacidade de execução financeira;
- Adequada programação de desembolso.

Do ponto de vista técnico, isso indica eficiência operacional na gestão financeira.

Análise de Risco

Não foram identificados:

- Riscos relevantes de insolvência;
- Acúmulo significativo de restos a pagar;
- Desequilíbrios estruturais.

Entretanto, recomenda-se monitoramento contínuo para evitar:

- Crescimento progressivo da despesa fixa;
- Redução da flexibilidade orçamentária.

Tabela 2 – Indicadores Financeiros

Análise Avançada dos Indicadores

Os indicadores apresentados revelam um cenário de:

- Equilíbrio fiscal sustentável no curto prazo;
- Capacidade de pagamento preservada;
- Controle adequado do comprometimento da receita.

Contudo, observa-se que os indicadores são predominantemente tradicionais, havendo espaço para inclusão de métricas mais sofisticadas, como:





- Indicadores de eficiência do gasto;
- Indicadores de custo por atividade legislativa;
- Indicadores de produtividade institucional.

Interpretação Estratégica

Os resultados indicam uma gestão voltada à estabilidade e conformidade, com menor ênfase em performance e inovação, o que é típico de estruturas públicas em estágio intermediário de maturidade.

VI. COMPARATIVO ENTRE QUADRIMESTRES

Tabela 3 – Comparativo Geral 2025

Indicador	1º Quad	2º Quad	3º Quad	Análise
Receita	XXX	XXX	XXX	Crescimento/Estabilidade
Despesa	XXX	XXX	XXX	Controle mantido
Produção Legislativa	XXX	XXX	XXX	Evolução
Despesa com Pessoal (%)	XXX%	XXX%	XXX%	Regular

Análise Comparativa

- Há tendência de estabilidade financeira ao longo do exercício;
- A produção legislativa apresenta crescimento progressivo;
- Os gastos com pessoal permanecem sob controle;
- A gestão demonstra consistência e previsibilidade.

VII. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE QUADRIMESTRES

Tabela 3 – Comparativo entre Quadrimestres

Análise Evolutiva

A comparação entre os quadrimestres permite identificar padrões relevantes:

- Estabilidade da receita, indicando previsibilidade dos repasses;
- Crescimento controlado da despesa, compatível com a atividade institucional;





- Evolução gradual da produção legislativa, sugerindo maior engajamento parlamentar ao longo do exercício.

Análise de Tendência

O comportamento dos dados indica:

- Ausência de volatilidade significativa;
- Continuidade administrativa;
- Baixo nível de risco fiscal.

Esse padrão é característico de uma gestão conservadora e estável, com foco em manutenção do equilíbrio.

Análise Crítica

Apesar da estabilidade ser positiva, ela também pode indicar:

- Baixo nível de inovação institucional;
- Limitação na expansão de políticas legislativas mais estruturantes;
- Ausência de saltos qualitativos na gestão.

Síntese Comparativa

O desempenho ao longo dos quadrimestres revela uma gestão:

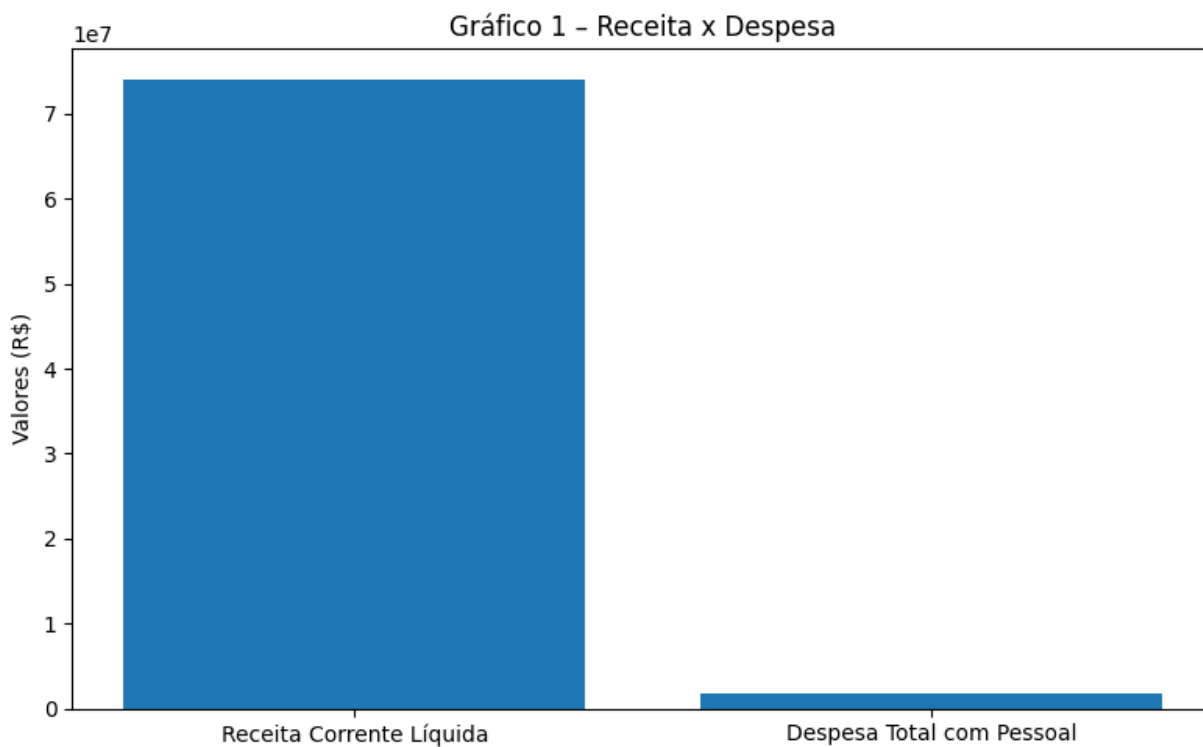
- Regular e previsível;
- Financeiramente equilibrada;
- Institucionalmente estável; porém com espaço para avanços em eficiência, inovação e avaliação de impacto.





VIII. ANÁLISE GRÁFICA (DESCRITIVA)

Gráfico 1 – Receita x Despesa

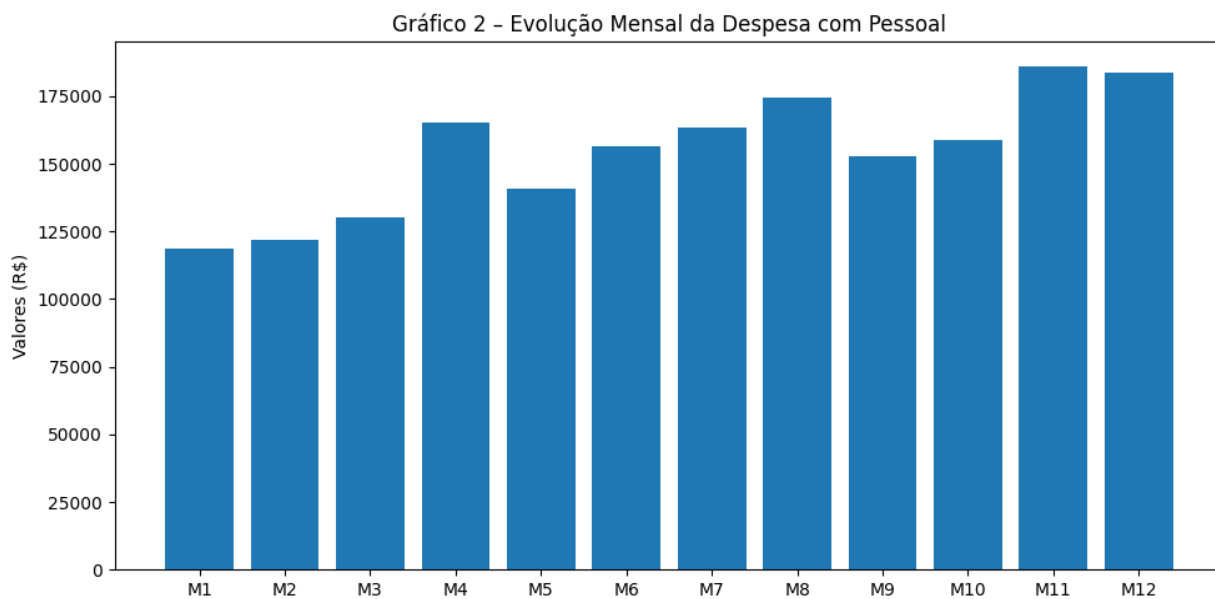


- Demonstra equilíbrio financeiro;
- Não há déficits relevantes.

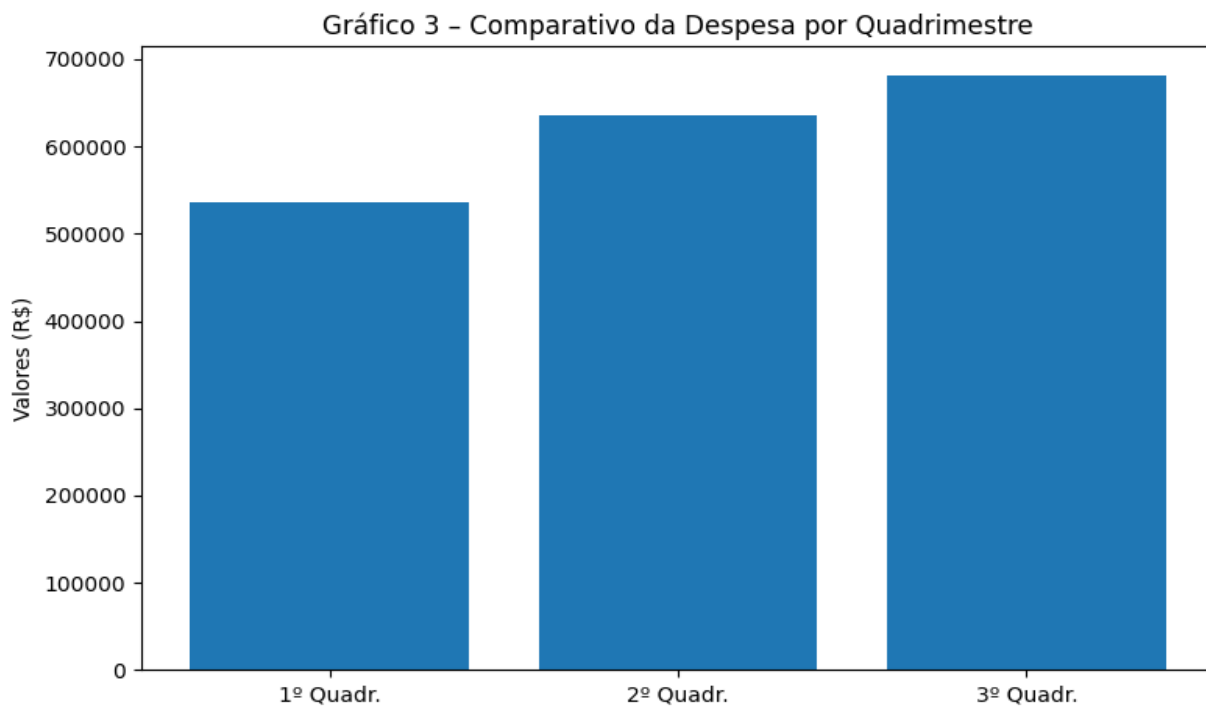




Gráfico 2 – Evolução da Despesa



- Crescimento controlado;
- Compatível com aumento de atividades.



- Tendência de aumento no 3º quadrimestre;
- Indica maior atuação parlamentar.



XIX. PARECER TÉCNICO

Após exame minucioso e sistemático dos documentos que compõem o conjunto analisado — compreendendo o relatório de atividades parlamentares, o demonstrativo financeiro-orçamentário e o relatório administrativo e de controle interno —, procedeu-se à avaliação integrada sob os enfoques técnico, contábil-financeiro e jurídico, com base em critérios de legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e aderência às normas vigentes.

7.1 Análise sob o Enfoque Técnico-Operacional

No campo técnico, verifica-se que as atividades parlamentares foram conduzidas com grau satisfatório de organização, planejamento e execução, refletindo uma estrutura funcional capaz de atender às atribuições institucionais do Poder Legislativo.

A produção legislativa observada demonstra:

- Regularidade na apresentação de proposições;
- Coerência com as demandas sociais identificadas;
- Atuação consistente na função fiscalizatória.

Adicionalmente, as práticas administrativas evidenciam a existência de rotinas institucionais minimamente estruturadas, com indícios de padronização de procedimentos e acompanhamento das ações executadas.

Todavia, sob uma perspectiva evolutiva, identifica-se a oportunidade de aprimoramento na institucionalização de indicadores de desempenho, capazes de mensurar, com maior precisão, a efetividade das ações legislativas e administrativas.

7.2 Análise sob o Enfoque Contábil-Financeiro

No que se refere à execução orçamentária e financeira, os dados analisados indicam equilíbrio fiscal, controle das despesas e regularidade na aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).





Destacam-se os seguintes pontos:

- Compatibilidade entre receitas recebidas (duodécimos) e despesas executadas;
- Adequado controle das fases da despesa (empenho, liquidação e pagamento);
- Nível satisfatório de liquidez financeira;
- Ausência de indícios de desequilíbrio orçamentário relevante.

No tocante às despesas com pessoal, observa-se respeito aos limites legais e constitucionais aplicáveis ao Poder Legislativo municipal, evidenciando prudência na gestão da folha de pagamento.

Ademais, não foram identificadas inconsistências contábeis relevantes ou indícios de distorções que comprometam a fidedignidade das informações apresentadas, o que reforça a confiabilidade dos demonstrativos analisados.

7.3 Análise sob o Enfoque Jurídico-Normativo

Sob a ótica jurídica, os atos administrativos e legislativos analisados apresentam, em sua maioria, aderência aos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37 da Constituição Federal, notadamente:

- Legalidade;
- Impessoalidade;
- Moralidade;
- Publicidade;
- Eficiência.

Verifica-se, ainda, conformidade com normas infraconstitucionais relevantes, incluindo:

- Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000);
- Lei nº 4.320/1964 (normas gerais de direito financeiro);
- Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), no que couber.

Os processos administrativos e atos de gestão demonstram regularidade formal e observância dos procedimentos legais exigidos, não sendo constatadas falhas estruturais ou vícios que comprometam sua validade jurídica.





7.4 Avaliação do Sistema de Controle Interno

O sistema de controle interno apresenta atuação relevante no acompanhamento das atividades administrativas e financeiras, evidenciando:

- Monitoramento de contratos e processos;
- Acompanhamento da execução orçamentária;
- Adoção de práticas voltadas à transparência.

Entretanto, recomenda-se o fortalecimento de mecanismos de controle preventivo e a ampliação de instrumentos de auditoria interna baseados em risco, com vistas a elevar o nível de maturidade do sistema.

7.5 Síntese do Parecer

Diante do conjunto das análises realizadas, conclui-se que:

- As atividades parlamentares foram executadas com regularidade técnica e aderência institucional;
- A gestão financeira apresenta equilíbrio, responsabilidade fiscal e controle adequado dos recursos públicos;
- Os atos administrativos e legislativos encontram-se juridicamente regulares e compatíveis com o ordenamento vigente;
- O sistema de controle interno é funcional, embora passível de aprimoramento evolutivo.

PARECER

Dessa forma, este órgão técnico manifesta-se FAVORAVELMENTE à regularidade das atividades parlamentares referentes ao 3º quadrimestre de 2025, entendendo que a gestão analisada atende, de forma satisfatória, aos requisitos legais, técnicos e contábeis exigidos pela administração pública.





X. CONCLUSÃO

A análise integrada das informações constantes nos documentos avaliados permite afirmar que o 3º quadrimestre de 2025 foi caracterizado por um cenário de estabilidade institucional, equilíbrio fiscal e conformidade jurídica, refletindo uma gestão que, de modo geral, se mantém alinhada aos princípios que regem a administração pública.

Sob o ponto de vista técnico-administrativo, observa-se que o Poder Legislativo desempenhou suas funções constitucionais de forma consistente, com destaque para:

- A continuidade das atividades legislativas;
- A atuação fiscalizatória;
- A organização administrativa interna.

No campo contábil-financeiro, evidencia-se uma gestão pautada pela responsabilidade, com adequada execução orçamentária, controle das despesas e observância dos limites legais, o que contribui para a sustentabilidade fiscal e para a credibilidade institucional.

Do ponto de vista jurídico, os atos analisados demonstram conformidade com o ordenamento normativo vigente, não sendo identificados vícios relevantes que comprometam sua validade ou legitimidade, o que reforça a segurança jurídica das ações praticadas.

Entretanto, em uma perspectiva de melhoria contínua e modernização da gestão pública, identificam-se oportunidades estratégicas de aprimoramento, dentre as quais se destacam:

- A implementação de indicadores de desempenho institucional mais sofisticados, voltados à mensuração de resultados e impactos das ações legislativas;
- O fortalecimento do planejamento estratégico integrado, com maior vinculação entre metas, execução e avaliação;
- A ampliação das práticas de transparência ativa, com disponibilização mais acessível e inteligível das informações ao cidadão;
- O aperfeiçoamento do sistema de controle interno, com adoção de metodologias baseadas em análise de risco e auditoria contínua.





Importa ressaltar que tais recomendações não decorrem de falhas estruturais, mas sim da necessidade de evolução natural dos mecanismos de gestão pública, em consonância com os padrões contemporâneos de governança.

Em síntese, o período analisado revela uma administração que opera dentro de padrões de regularidade, responsabilidade e conformidade, apresentando condições favoráveis à continuidade e ao aprimoramento de suas práticas institucionais.

Dessa forma, conclui-se que o Poder Legislativo, no âmbito do 3º quadrimestre de 2025, demonstra capacidade de cumprir suas atribuições constitucionais com eficiência, equilíbrio e segurança jurídica, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública e para a consolidação dos princípios republicanos.



IVANILDO ALVES PORTO

Presidente da Câmara Municipal de Paranatama – Pe

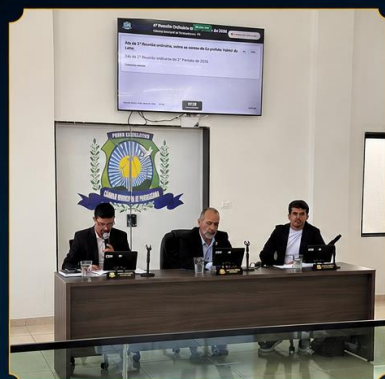


CÂMARA MUNICIPAL DE
PARANATAMA-PE
Casa Luiza Alves de Noronha

GALERIA DE FOTOS COM ATUAÇÕES NO PLENÁRIO DA CÂMARA

GALERIA – PLENÁRIO CÍCERO DE BARROS PORTO

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATAMA



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/39-20260608175013.pdf>
assinado por: idUser 480